

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Balança tem superávit de US\$ 4 bilhões em novembro	2
Título: Alemanha: 'É imperativo ajudar países como o Brasil'	3
Título: Mais duas Itaipus e meia para o País crescer	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: De 10 medidas de Guedes, 9 dependem do Congresso	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Governo terá 22 pastas e Casa Civil repaginada.....	8
Título: Jogando para a plateia	10
Título: Eletropaulo agora é Enel Distribuição São Paulo	12
Título: Erdogan visita Caracas e consolida aliança com Maduro	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Estados atrás de recursos	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	16
Título: Shell quer debate mais 'profundo' na cessão onerosa	16
Título: A pedidos, futuro governo avalia fim da tabela de frete.....	17
Título: Qatar desafia sauditas e anuncia saída da Opep	19
Título: Riscos da venda direta de etanol aos postos	21
Título: Mercado se mobiliza para evitar indicação política em estatais	24
Título: Eunício afirma que vai barrar 'desvirtuamentos'	26
Título: Acadêmicos veem retrocesso perigoso na mudança	27
Título: Mudar órgão regulador é 'desprofissionalizar', diz especialista.....	28
Título: Engie fecha venda de energia para Claro	30

Título: Eletropaulo ganha novos nome e identidade visual	31
Título: Sob pressão, Shell vai criar meta de pegada de carbono	33

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Balança tem superávit de US\$ 4 bilhões em novembro

Chineses são os maiores compradores, seguidos pelos americanos. No ano, Brasil tem saldo positivo de US\$ 51,7 bi

As exportações brasileiras superaram as importações em novembro, gerando um superávit de US\$ 4,06 bilhões na balança comercial do país. As exportações somaram US\$ 20,92 bilhões, e as importações, US\$ 16,86 bilhões. No ano, o superávit acumulado é de US\$ 51,7 bilhões, acima das projeções do governo, de US\$ 50 bilhões.

Em novembro, as exportações cresceram 25,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os maiores destaques foram soja, petróleo, plataforma para exploração de petróleo, gasolina e óleos combustíveis. A China se manteve como o principal destino das exportações brasileiras. Em disputa comercial com os EUA, o país asiático taxou a soja americana e comprou mais do Brasil. Os EUA foram o segundo destino das exportações do Brasil.

Os embarques para o país asiático, que somaram pouco mais de US\$ 60 bilhões de janeiro a novembro deste ano, aumentaram 32% em relação ao mesmo período de 2017.

Para Abrão Neto, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a trégua de 90 dias na guerra comercial entre EUA e China não terá efeitos imediatos no comércio do Brasil com os dois países:

— Houve um congelamento na escalada de tensão comercial que, por si só, já é um sinal positivo.

(Eliane Oliveira)

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/12/2018

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Alemanha: 'É imperativo ajudar países como o Brasil'

Na COP-24, ministro do Desenvolvimento alemão busca investimentos privados para financiar energia elétrica sem uso de carvão

KATOWICE, POLÔNIA- À Alemanha divulgará ainda nesta semana, durante a COP-24, Conferência do Clima da ONU, uma iniciativa para atrair mais investimentos privados em projetos na África, no Brasil e em outras regiões, afirmou o ministro do Desenvolvimento, Gerd Mueller.

Ele disse à rede de jornais RND que a Alemanha "enviará um forte sinal" na conferência, que acontece em Katowice, na Polônia, com sua iniciativa "Aliança para o Desenvolvimento e Clima", além de uma promessa de gastar 1,5 bilhão de euros adicionais em proteção climática.

Mueller disse ser imperativo ajudar países como Brasil, Índia, China e nações da África a fornecerem eletricidade para suas populações em crescimento sem depender da produção de carvão: — Podemos ajudar a dar saltos no desenvolvimento. Temos a tecnologia e o conhecimento.

Mais de 70 empresas já se inscreveram na iniciativa alemã, que busca investimentos privados.

FORTALECERA AMAZÔNIA

Entre outros eventos programados para hoje na COP-24 está o debate "Empoderamento para mudar a batalha pelas terras e águas da Amazônia", que irá acontecer no Climate Hub, um espaço aberto ao público. Em inglês, a palestra leva o nome de um projeto da Climate Alliance ("Change the Power") que apoia o intercâmbio entre pessoas que vivem em lugares onde há conflitos por fontes energéticas. No Brasil, tem estreita cooperação com indígenas brasileiros.

Será apresentado um documentário de 25 minutos sobre a construção da usina de Belo Monte e sobre "o que aconteceu nos bastidores para que saísse do papel". Depois disso, serão debatidos os impactos das usinas hidrelétricas feitas

usando barragens e a responsabilidade pela transição energética para fontes limpas.

A conversa acontecerá entre a cientista política Silke Lunnebach, que coordena o projeto que dá nome à palestra, e o geógrafo Dietmar Mikes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/12/2018

Seção: Especial

Autor:

Título: Mais duas Itaipus e meia para o País crescer

Demanda por energia vai saltar 44% em dez anos. Mas risco de atraso em projetos de novas usinas acende sinal amarelo

A previsão de crescimento da economia brasileira nos próximos dez anos vai exigir um consumo adicional de energia elétrica de 38 gigawatts (GW). A projeção faz parte do novo Plano Decenal de Expansão de energia (PDE), que será publicado este mês pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão vinculado ao **Ministério de Minas e energia (MME)**. De acordo com o estudo, a demanda deve passar de estimados 86 GW este ano para 124 GW em 2027, um salto de 44%. O incremento no consumo equivale ao volume de energia gerado por duas usinas e meia de Itaipu, uma das maiores do mundo.

As previsões consideram crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,8% por ano no período. Mas há desafios para que o país consiga atender a demanda futura de energia, dizem especialistas do setor. Dados da Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) revelam que 54% dos projetos de geração em construção enfrentam problemas na concessão de licenças ambientais ou demandas judiciais. Dos 27,485 GW previstos para entrar em operação entre 2018 e 2025, 14,9 GW apresentam alguma restrição que pode atrasar o início da operação ou mesmo inviabilizar os empreendimentos.

O cenário é semelhante para os projetos de linhas de transmissão. Segundo a Aneel, dos 394 empreendimentos em construção, 39% estão atrasados. O tempo médio para se obter licenças ambientais, diz o órgão regulador do setor, é de cerca de 500 dias, maior patamar desde 2013, quando o prazo ficava em torno de 400 dias. Além dos atrasos, há incertezas no setor, como o futuro da Eletrobras e a recente crise hídrica, que evidenciou a dependência brasileira das chuvas para gerar energia.

Para o engenheiro e pesquisador Renato Queiroz, diretor do Instituto Ilumina, é preciso aperfeiçoar o modelo energético do país:

— Qual será o papel das hidrelétricas no futuro da geração? Com o avanço das energias renováveis e o maior uso das termelétricas, os reservatórios poderiam ganhar uma função de apoio à geração. Não podemos esquecer que a discussão precisa envolver segurança energética e sustentabilidade da matriz. Por isso, é preciso aumentar a fiscalização nas obras, já que temos um volume grande de atrasos.

Ainda que a relevância das hidrelétricas seja reduzida, sua participação continuará a ser bastante elevada. Por isso, Queiroz saliente a importância de se definir o papel da Eletrobras nos próximos anos. Hoje, a estatal representa sozinha 30% de toda a energia gerada no Brasil, segundo cálculos do Ilumina.

— Se privatizar a Eletrobras por inteiro, será que a iniciativa privada vai conseguir manter e fazer os projetos no futuro para gerar energia? Ou, então, uma Eletrobras mais enxuta consegue dar conta de novos empreendimentos? —questiona Queiroz.

NOVOS LEILÕES

O presidente Michel Temer pretendia vender o controle da Eletrobras, mas o projeto não andou. Já o presidente eleito, Jair Bolsonaro, já disse que quer manter a geração de energia sob comando estatal e só privatizar as distribuidoras. Queiroz destaca, ainda, o futuro de Angra 3, com obras paradas desde 2015. A Eletronuclear, braço da Eletrobras para energia nuclear, discute a entrada de um parceiro privado para concluir as obras.

Apesar dos atrasos e dos impasses em relação à Eletrobras e à Angra 3, Reive Barros dos Santos, presidente da EPE, mantém o otimismo. Ele destaca que estão previstos no plano decenal investimentos da ordem de R\$ 400 bilhões até 2027, dos quais R\$ 230 bilhões em geração, R\$ 110 bilhões em transmissão e R\$ 60 bilhões em geração distribuída.

Para dar conta da maior demanda, a EPE se apoia no calendário dos leilões de energia. Em 2017, foram quatro, que vão adicionar ao sistema 2,9 GW em energia nova até o início de 2023. Em 2018, já foram dois, com entrada de mais 1,1 GW até janeiro de 2024. Para dezembro, estão previstas mais duas rodadas.

Na opinião de Juliana Hornink, analista de mercado da consultoria Safira, os leilões de geração deveriam prever o local onde os futuros projetos serão instalados. Segundo ela, a iniciativa poderia minimizar problemas no sistema de transmissão:

— Quando o projeto de geração fica mais perto do centro de consumo, a energia gerada pode atender a população de forma mais eficiente e não ficar tão dependente do sistema de transmissão, que sofre com os atrasos.

O Brasil atraiu vários investidores internacionais nos últimos leilões. Nivalde de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, acredita que o marco regulatório estável e a possibilidade de crescimento no futuro vão continuar a atrair investidores nas próximas rodadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: De 10 medidas de Guedes, 9 dependem do Congresso

Mudanças econômicas enfrentam desafio da negociação com parlamentares

São Paulo- O Congresso Nacional terá um papel crucial no andamento das principais propostas econômicas já sugeridas pelo futuro governo de Jair Bolsonaro (PSL) e tidas como fundamentais para destravar a economia e reequilibrar as contas públicas.

Levantamento feito pela Folha indica que entre as dez principais propostas sugeridas pela equipe capitaneada pelo superministro da Economia, Paulo Guedes, nove delas dependem de aprovação dos parlamentares.

O desafio é ainda maior em pelo menos três dessas medidas —os pilares em que devem se assentar as mudanças prometidas por Guedes.

Especialistas consultados dizem que, por mexerem em preceitos constitucionais, a reforma da Previdência, a tributária e a desvinculação do Orçamento só podem ser alteradas por emendas à Constituição, que exigem a aprovação de três quintos das duas Casas, em dois turnos de votação.

A intensa dependência do Congresso acende o sinal amarelo. "Não existe a simplicidade que eventualmente se imagina. A maior parte dos assuntos terá de ser endereçada ao Legislativo e, como é sabido, até para aprovar lei ordinária [que exige maioria simples de parlamentares] é difícil", diz Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

O entendimento é que as medidas são consideradas urgentes, mas a disposição do novo governo em reconstruir toda a articulação com o Congresso torna incerto o ritmo das futuras negociações.

Bolsonaro já disse que sua intenção é dialogar com bancadas temáticas (como a religiosa ou a da saúde) e não diretamente partidos — desafio considerado ainda maior.

O detalhamento das propostas não é conhecido em profundidade e idas e vindas marcam a equipe econômica e do futuro presidente.

Algumas medidas já sob o escrutínio do Congresso mostram, porém, que confrontos ou mal entendidos entre equipe econômica e parlamentares podem não ser incomuns.

Um exemplo nesse sentido são os ajustes para que o leilão do pré-sal saia do papel.

O futuro governo conta com receitas que podem chegar a R\$ 100 bilhões no ano que vem. Esse dinheiro é visto como fundamental para reduzir o déficit primário de 2019, de R\$ 139 bilhões.

Era esperado que o acordo com o Senado fosse fechado na semana passada. A contrapartida era que parte dos recursos fosse destinada para estados e municípios por meio de uma Medida Provisória, o que não ocorreu, impondo dificuldades ao próximo governo, já que o **leilão pode ficar para 2020**.

Tida como peça-chave para a redução da dívida pública, a venda de estatais também tem de passar pelo Congresso, diz a advogada Renata Emery, sócia do Brigagão, Duque Estrada, Emery.

Embora Bolsonaro já tenha dito que não vai privatizar as "joias da coroa" (Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, por exemplo), não descarta vender empresas menores, como a EPL (empresa do trem-bala).

Nesse grupo estão subsidiárias, como refinarias da Petrobras ou as áreas de seguros ou cartões de bancos públicos. Por "semelhança jurídica", isso também exigiria aprovação do Congresso, diz Emery.

No campo social, Bolsonaro prometeu uma 13ª parcela para o Bolsa Família e a criação da carteira verde e amarela.

Segundo Jorge Gonzaga Matsumoto, sócio da área trabalhista do Bichara, o Bolsa Família pode ser regulado por meio de MP ou lei ordinária, já que esses

foram os meios usados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para implementá-lo.

Anova carteira também pode ser criada via lei ordinária, se a ideia não for criar um novo tipo de trabalhador.

As reformas mais importantes, porém, vão exigir maior sintonia com o Congresso.

Tanto a reforma da Previdência, que prevê o sistema de contas individuais (capitalização) para os novos entrantes e uma nova idade mínima de aposentadoria, quanto as mudanças no Orçamento (que incluem a flexibilização dos gastos obrigatórios, como aqueles com saúde e educação, e a desindexação desses gastos da inflação) exigem emendas à Constituição.

O instrumento demanda 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos. Por isso, é aquele que corre mais risco de se perder nos escaninhos do Congresso Nacional.

Quanto à reforma tributária, Maucir Fregonesi Júnior, sócio do Siqueira Castro, e Caio Taniguchi, especialista em Previdência do Bichara, dizem que ela requer emenda porque é a Constituição que estabelece a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos.

Em outra medida prevista, a isenção de IR (Imposto de Renda) para quem ganha até cinco salários mínimos, bastaria lei ordinária.

A única proposta que não precisa do Congresso diz respeito à abertura comercial. Fregonesi diz que alterações de impostos que incidem sobre comércio exterior podem ser feita por decreto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/12/2018

Seção: Política

Autor: Tânia Monteiro Leonencio Nossa Julia Lindner / BRASÍLIA

Título: Governo terá 22 pastas e Casa Civil repaginada

Administração. Número de ministérios fica acima do prometido durante campanha; desenho anunciado prevê criação de duas secretarias para articulação com Congresso

O governo de Jair Bolsonaro terá um total de 22 ministérios – sete além do prometido durante a campanha eleitoral – e uma Casa Civil com novo desenho.

A pasta fará a articulação política e contará com duas novas secretarias para atender demandas da Câmara e do Senado. A nova estrutura do governo foi apresentada ontem pelo futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que disse que terá o papel de coordenar todos os ministérios.

O esboço contraria a costura que vinha sendo feita para que o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, e o também general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, novo ministro da Secretaria de Governo, tivessem mais atribuições. Eles haviam sido cogitados para gerenciar as demais pastas e cuidar de parte das negociações com os parlamentares.

Diante de perguntas sobre o isolamento de Mourão dentro do organograma apresentado ontem, Onyx rebateu. "O general Mourão terá liberdade e autonomia para contribuir, mas ele tem de ficar plenamente disponível para substituir o presidente. Funções executivas são complexas", afirmou ele. A decisão de concentrar poderes nas mãos de Onyx, conforme ele anunciou, foi criticada por integrantes da área militar, que dizem não acreditar que o futuro ministro da Casa Civil terá condições de exercer duas missões ao mesmo tempo – coordenação do governo e articulação política.

Um dos militares da transição disse ao Estado que, para ter certeza de como vão ficar as atribuições no Planalto, seria melhor esperar Bolsonaro chegar a Brasília hoje.

Disputa. Onyx e o núcleo militar têm disputado espaço no governo. Nas últimas semanas, a escolha de sete ministros oriundos do setor militar, incluindo as pastas de Infraestrutura e de **Minas e energia**, foi entendida como hegemonia dos generais.

Isso ficou mais claro quando Bolsonaro comentou, em entrevista, que Santos Cruz teria função também de articular com o Congresso. Pelo desenho mostrado por Onyx, no entanto, o general responderá por ora pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Defesa Civil e relação com os Estados. Além de Onyx e Santos Cruz, despacharão no Planalto os futuros ministros Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral) e o general reformado Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Conselheiro pessoal do presidente eleito, Heleno será responsável pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A presença dele é certa no núcleo duro do governo, grupo que trabalha mais perto do presidente. Já Bebianno terá sob seu comando as secretarias de Assuntos Estratégicos e a de Comunicação – que cuidará da publicidade do governo e de parte do setor de imprensa. A imagem de Bolsonaro e os assuntos ligados diretamente ao presidente eleito serão de

responsabilidade de uma Assessoria Especial de Comunicação. A equipe ainda avalia a nomeação de um porta-voz.

Trabalho. Uma das pastas mais tradicionais, o Ministério do Trabalho, será extinta e as secretarias fatiadas entre Economia, de Paulo Guedes, Justiça e Segurança Pública, de Sérgio Moro, e Cidadania, de Osmar Terra. Onyx afirmou que Bolsonaro teve "sensibilidade" de não extinguir certas pastas, citando a dos Direitos Humanos.

A manutenção do ministério teria partido de um pedido da senadora eleita Mara Gabrilli (PSDB-SP). Já a decisão de não fundir Agricultura e Meio Ambiente foi uma imposição, segundo ele, de negociações comerciais do agronegócio. Os titulares de Direitos Humanos e Meio Ambiente ainda não foram anunciados por Bolsonaro. Outra pendência é a Fundação Nacional do Índio (Funai), que, segundo o futuro ministro, vai para a Agricultura.

A informação provocou surpresas dentro da própria equipe de transição, que vê nisso a união de duas áreas antagônicas. Há estudos, no entanto, que sugerem que a proteção às comunidades indígenas fique vinculada diretamente à Presidência. Também ficaram pendentes as situações do Banco Central – o governo pretende enviar proposta para dar independência à instituição – e da Advocacia-Geral da União.

Na transição, há avaliações de que a AGU deve permanecer com status de ministério para garantir força nas esferas da Justiça. Onyx afirmou que o governo contará com parlamentares que perderam as eleições para negociar com o Congresso. Esse núcleo será abrigado nas duas novas secretarias que ficarão subordinadas à Casa Civil. Um deles será o deputado Carlos Manato (PSL-ES), candidato derrotado ao governo capixaba.

O Estado apurou que os deputados Leonardo Quintão (MDB-MG) e Danilo Forte (PSDB-CE), não reeleitos, também devem fazer parte do grupo. O futuro ministro disse que o senador Magno Malta (PR-ES) poderá ter espaço na equipe, mas não estará vinculado à pasta. / COLABOROU VERA ROSA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/12/2018

Seção: Economia

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Jogando para a plateia

Prestem atenção a todas as capas dos jornais de ontem: o presidente eleito, Jair Bolsonaro, no centro da cena, empunhando a taça do Palmeiras, em meio a uma multidão em festa. Não foi por acaso, não foi a primeira nem será a última vez. Essa cena será comum, fará parte do dia a dia do governo e do País. O novo presidente da República terá o papel de animador da torcida, sempre em evidência e em contato com a população, para manter o apoio e o otimismo dos seus milhões de eleitores, entre bolsonaristas puros e antipetistas agregados.

O general Sérgio Etchegoyen, do GSI, ratificou ontem um alerta do seu sucessor, o também general Augusto Heleno: há ameaças a Bolsonaro e ele deve se preservar e ser cauteloso, inclusive na posse. Mas, além de a Polícia Federal ter investigado as ameaças e não endossar o mesmo grau de temor, Bolsonaro construiu sua imagem pública e sua campanha no contato com multidões, gosta disso, fica feliz. Não vai abdicar dessa parte boa do poder.

Ao observar o equilíbrio no seu governo, fica ainda mais claro que Bolsonaro vai deixar a equipe carregar o piano, enquanto ele viaja pelo País, vai a estádios, se reúne com grandes setores aliados, faz festa para sua militância, dá declarações informais à mídia tradicional e usa e abusa das redes sociais para fazer anúncios e dar recados.

Nesse papel, aliás, terá a grande ajuda de um personagem chave: Michele Bolsonaro, mulher bonita, jovem, despojada, que estudou libras, é mãe da única filha do presidente e vem de uma cidade satélite de classe média baixa do DF. Nem todos vão entender essa afirmação, mas é um luxo, um orgulho, ter uma primeira-dama da Ceilândia num País desigual como o Brasil.

Enquanto Bolsonaro anima plateias e arquibancadas, seu vice, Hamilton Mourão, terá vida própria e os demais generais do Planalto e arredores vão ser cães de guarda do governo, centralizando informações estratégicas (inclusive sobre potenciais colaboradores) e controlando o dinheiro público, a eficiência da administração, o avanço da infraestrutura e as grandes obras.

Até Dilma Rousseff, com todas as suas idiossincrasias, reconhecia que os militares, especialmente do Exército, eram imbatíveis ao garantir eficiência, segurança, prazos e valores de obras públicas. Como também elogiava a Defesa Cibernética do Exército.

Paulo Guedes manda e desmanda na economia, com um time recebido com entusiasmo pelo mercado. Sérgio Moro cria uma superestrutura, ou super- Lava Jato, ou ainda super-PF contra a corrupção e o crime organizado, com amplo apoio popular. Espera-se que também com apoio do Congresso...

As áreas temáticas estão bem entregues, com o **almirante Bento Albuquerque em Minas e energia**, a agrônoma Tereza Cristina na Agricultura e o astronauta, engenheiro do ITA e tenente-coronel da reserva da FAB Marcos Pontes em Ciência e Tecnologia. Saúde, com Luiz Henrique Mandetta, e Cidadania, com Osmar Terra, também estão em boas mãos.

Em meio a tudo isso, há dúvidas sobre o grau de autonomia e a munção de Onyx Lorenzoni na articulação política e Gustavo Bebianno na Secretaria-Geral. São duas ilhas civis num Planalto superlotado de militares, aliás, de generais.

Mas, se há áreas potencialmente explosivas, são Relações Exteriores e Educação, enquanto Seu Lobo não vem para Meio Ambiente e Direitos Humanos, cercadas de preconceito com a forte guinada à direita no País e com os filhos do presidente mandando mais do que a maioria dos ministros, e em áreas estratégicas.

O governo vai tomando forma, agradando mais do que desagradando e deixando interrogações no ar. Mas uma coisa é certa: depois de subir a rampa, Bolsonaro continuará em campanha. Ele pegou o gosto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/12/2018

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet, Com Reuters

Título: Eletropaulo agora é Enel Distribuição São Paulo

A Eletropaulo passou a adotar o nome Enel Distribuição São Paulo, incorporando a marca corporativa e identidade visual da Enel, seis meses após ser comprada pela gigante italiana de energia.

“A mudança é parte de um processo para integrar completamente a Enel Distribuição São Paulo ao Grupo Enel e posicioná-la de uma maneira mais moderna, flexível, sustentável e capaz de liderar a transição que o mercado de energia vem atravessando globalmente”, disse a empresa em comunicado.

Com a incorporação, o Grupo Enel alcançou 17 milhões de clientes no Brasil, tornando-se a empresa líder de distribuição e a maior companhia privada de energia no País em número de clientes e faturamento. O Brasil é atualmente a segunda maior base de clientes da Enel em todo o mundo, atrás apenas da Itália.

“Em São Paulo, vamos trabalhar para consolidar a integração da distribuidora ao Grupo Enel, com o objetivo de seguir avançando na melhoria da qualidade do serviço ao adotar as mais avançadas tecnologias de redes de distribuição, além de expandir a oferta de serviços e soluções que podemos oferecer aos nossos clientes”, disse o diretor da Enel no Brasil, Nicola Cotugno.

Investimento.

O grupo também informou que vai investir R\$ 3,1 bilhões entre 2019 e 2021, voltados principalmente para a melhoria do serviço e expansão da capacidade da rede elétrica. Como parte do plano de investimentos, que tem como objetivo melhorar a qualidade do fornecimento e reduzir em 30% o custo operacional por cliente, a companhia pretende instalar 1 milhão de medidores.

A empresa não divulgou o investimento estimado para essa iniciativa. “É mais que a média anual investida”, destacou o presidente da Enel Americas, Mauricio Bezzeccheri. Ele salientou ainda, que o programa de instalação dos medidores em SP corresponde a 50% de todos os medidores inteligentes que o Grupo Enel planeja instalar em toda a América do Sul no período.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/12/2018

Seção: Internacional

Autor: Luiz Raatz

Título: Erdogan visita Caracas e consolida aliança com Maduro

Depois de tentar buscar dinheiro na China e na Rússia, Venezuela aposta na Turquia para amenizar a crise

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, visitou ontem seu colega venezuelano, Nicolás Maduro. Em Caracas, Erdogan condenou as sanções impostas pelos EUA à Venezuela e prometeu ajudar a "suprir a maioria das necessidades" do país. "Restrições comerciais e sanções unilaterais são um erro. Não se pode castigar um povo inteiro para resolver desacordos políticos", disse Erdogan durante encontro com empresários locais.

A Turquia é a mais recente tábua de salvação bolivariana contra a crise que dizima a economia da Venezuela, depois que recursos chineses, russos e até uma criptomoeda não foram suficientes para conter a hiperinflação, a escassez de alimentos e o êxodo de 3 milhões de pessoas.

Dados do Instituto de Estatísticas da Turquia mostram que a importação de produtos venezuelanos disparou 1.357%, nos seis primeiros meses de 2018, quando os turcos compraram US\$ 879,6 milhões dos venezuelanos – 93% desse valor equivale à importação de ouro.

"Sabemos que o governo tem apostado muito no ouro para se capitalizar, mas é uma estratégia arriscada, porque obviamente a renda do ouro é muito menor que a do petróleo", disse ao Estado Geoff Ramsey, direto do Washington Office on Latin America (Wola). Nos primeiros nove meses do ano, os turcos venderam US\$ 80 milhões em produtos para os venezuelanos, em especial farinha de trigo, macarrão, óleo de cozinha e produtos de higiene pessoal.

Em 2017, as exportações ficaram em US\$ 37 milhões. O problema é que, desde setembro de 2017, os EUA impedem bancos que operam em território americano de fazer novos empréstimos à Venezuela. Com o acesso ao sistema financeiro fechado, a PDVSA não consegue embarcar o petróleo vendido, uma vez que os contratos e seguros são fechados em dólar com pagamentos que passam pelos EUA.

"As sanções limitaram a habilidade da Venezuela de se financiar e tiveram um impacto grande na economia local", acrescentou Ramsey. petróleo em queda. Com isso, desde que Maduro assumiu o poder, em 2013, a produção diária de petróleo caiu 50% e o preço do barril se reduziu em 42,8%. Como o petróleo respondia por 95% das exportações, o resultado foi uma queda brusca na entrada de recursos.

A aliança entre Venezuela e Turquia chamou a atenção dos EUA. No começo do mês, Trump emitiu novas sanções, desta vez contra a venda de ouro venezuelano. Segundo a consultoria Ecoanalítica, a renda obtida com o ouro responde por 10% das exportações da Venezuela. O petróleo, diante do recuo da produção, caiu para 80%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/12/2018

Seção: Política

Autor: Gabriela Vinhal

Título: Estados atrás de recursos

Em meio à crise financeira que atingiu os estados brasileiros, o Congresso Nacional pode votar hoje projetos que ajudarão nas contas do ano que vem. Governadores eleitos estarão na cidade para acompanhar as sessões na Câmara

e no Senado, que devem analisar, respectivamente, a pauta que autoriza repasses da União e dos estados a municípios e a cessão onerosa do pré-sal, parada na Casa à espera de um acordo com o governo de Michel Temer e o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

O texto que autoriza a Petrobras a entregar a empresas privadas nacionais ou estrangeiras até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP) já está há quatro semanas pautado para análise dos senadores. Entretanto, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), reagendou a votação enquanto aguarda a resposta do Executivo. O pedido dos governadores é para que uma nova medida provisória seja editada para garantir a repartição dos recursos futuros da captação.

A viagem dos executivos estaduais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste pode, contudo, ser frustrada. Isso porque o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse ontem que a cessão onerosa pode só ser analisada no ano que vem. Se a equipe de transição de Bolsonaro, com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, não conseguirem um acordo com Eunício e com o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, sobre as regras de distribuição da verba até o fim desta semana, a pauta ficará para 2019. A ideia, contudo, segundo Lorenzoni, é acelerar o ritmo de diálogo com as autoridades.

“No caso da cessão onerosa, há um diálogo permanente do doutor Guedes com o doutor Guardia, intermediado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Como existem muitos interesses, essa é uma construção complexa”, disse o ministro em coletiva de imprensa no Centro Cultural do Banco do Brasil, onde a equipe de transição trabalha. “Estamos buscando o caminho literalmente do meio.”

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 270/16 também está na pauta. Segundo o texto, a medida permite que os municípios continuem recebendo recursos transferidos por estados e pela União, mesmo que as despesas com pessoal estejam acima do limite legal no caso de queda de receita, decorrente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ou seja, vinda de concessões de isenções tributárias pela União e de diminuição das receitas recebidas de royalties. Estimam especialistas que, se aprovada, a proposta deverá beneficiar principalmente municípios de pequeno porte, com até 20 mil habitantes.

Sonegação

A assessoria de imprensa do governador eleito pelo Piauí e líder do grupo dos executivos estaduais do Nordeste, Wellington Dias (PT), afirmou, em nota, que o projeto “estabelece uma forma moderna de combater a sonegação e gera

receitas para deficit da previdência e investimentos". "A União precisa parar com esta concentração permanente de receita e quebra do pacto federativo. Na última semana, foram aprovadas urgências e avançamos nos entendimentos. Agora, vamos cuidar de, por acordo, viabilizar a votação. Se a União precisa de receitas, imagine quem está lá na ponta cuidando das demandas do povo", disse.

Depois do Legislativo, os governadores seguem para um encontro no Judiciário. Ainda segundo a equipe de Dias, o grupo deve se reunir com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski para discutir ações relativas aos repasses federais para os estados e municípios. O governador do Piauí disse que, desde 2016, o governo federal reteve cerca de R\$ 14 bilhões a que estados e municípios têm direito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Juliana Machado e Alex Ribeiro | Do Rio e de São Paulo

Título: Shell quer debate mais 'profundo' na cessão onerosa

O presidente da Shell no Brasil, André Araujo, criticou o nível de discussões recentes relacionadas ao projeto de lei sobre a possibilidade de venda de participação da Petrobras na área da cessão onerosa. Segundo ele, o debate sobre o assunto tem sido "raso", ao tratar basicamente da divisão dos recursos a serem arrecadados entre União, Estados e municípios e não abordar a questão da competitividade do país necessária para atrair investimentos privados.

"O risco que eu vejo é o debate sobre temas importantes ficar muito raso. Vimos na semana passada, a discussão sobre cessão onerosa, por exemplo, uma discussão que me lembrou a discussão da partilha provavelmente há quase dez anos. Ficou focada em qual seria a distribuição do dinheiro, quanto para o governo federal, quanto para os Estados. Mas não se discute a questão da competitividade", disse Araujo, em seminário sobre reavaliação do risco Brasil, promovido pela Firjan, pela FGV e pelo **Valor**, no Rio.

Segundo ele, a área de óleo e gás corre risco "de ser aquele setor visto como o bolso grande", em referência ao potencial de arrecadação de recursos. Mas destacou a importância de assegurar um ambiente saudável para investidores pois, à medida que a indústria cresce, empregos são gerados e impostos são arrecadados. "Eu brigo com outros 80 presidentes de Shell de outros países para onde o dinheiro vai [em investimentos]".

Segundo Araujo, o Brasil precisa continuar a ser visto como país competitivo e que respeita contratos. "O que é mais importante é o quão competitivo esse contrato vai ser no fim do dia", disse, lembrando que, apenas no ano passado, a companhia contribuiu com R\$ 5 bilhões em pagamento de royalties, impostos e participações especiais no Brasil. A companhia é a segunda maior produtora de petróleo e gás natural do Brasil, com de 350 mil barris de óleo equivalentes por dia (boe/d).

Reconhecendo haver uma expectativa positiva sobre o governo de Jair Bolsonaro, Araujo disse que a indústria "continua aguardando os nomes", com a esperança de que continuem a ser nomes técnicos que possam dar uma qualidade às propostas a serem apresentadas.

O presidente da Shell, porém, não comentou a indicação do almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior para o **Ministério de Minas e Energia**, anunciada semana passada por Bolsonaro.

Ainda sobre expectativas, Araujo disse que o país tem "oportunidade única" de dar salto de qualidade e sair do crescimento econômico pequeno. "O setor de óleo e gás tem muito a contribuir", afirmou, destacando que o setor de refino (área em que a companhia não está presente no país) tem espaço para crescer de forma muito rápida.

Com relação às discussões no mercado e no Congresso sobre a reforma do setor de gás natural, Araujo disse que já houve muitas conversas, que todos os agentes já defenderam seus pontos e que é necessário agora que governo e parlamentares tomem uma decisão sobre o assunto. "O país vai se beneficiar muito de investimentos, se pontos críticos do setor forem definidos."

O presidente da Shell no Brasil também defendeu a manutenção do país no Acordo de Paris. "O país não pode ficar fora dessa discussão", afirmou, destacando que seria prejudicial ao Brasil a saída do acordo, enquanto muitos países estão avançando na transição energética, em busca da redução das emissões de gases poluentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: A pedidos, futuro governo avalia fim da tabela de frete

Em busca de uma solução para o imbróglio instalado no país, a equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, já começou a estudar a possibilidade e os riscos de extinguir a tabela de frete rodoviário para cargas no ano que vem e sua eventual substituição para evitar a ameaça constante de novas greves de caminhoneiros como a de maio. As duas saídas dependem do Congresso.

Pessimistas em relação a uma resposta do Supremo Tribunal Federal (STF) para as dezenas de ações de inconstitucionalidade contra o tabelamento, mais de 70 entidades empresariais pediram recentemente a Bolsonaro, em carta, a revogação da lei do frete mínimo - pesadelo do setor em 2018 -, alegando aumento de custos. As empresas admitem, porém, que a ideia não vingará sem uma contrapartida.

Com o apoio da futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina, até uma proposta ainda informal de redução da carga tributária exclusiva para o óleo diesel usado em veículos de cargas (agricultura, indústria etc.) já foi levada a Bolsonaro e ao futuro vice-presidente, Hamilton Mourão, nas últimas semanas. A equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, porém, ainda terá que levantar os inevitáveis impactos à arrecadação. "É uma boa ideia, mas o problema é a lei que está em vigência hoje", disse Tereza ao **Valor**. Ela inclusive já levou ao futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a preocupação do setor agropecuário com a manutenção da tabela.

De difícil execução, dados os desafios do ajuste fiscal, a ideia aventada pela equipe de transição consiste em diminuir alíquotas de PIS, Cofins e Cide que incidem sobre o diesel e prevê ainda uma alíquota unificada para o ICMS incidente sobre o diesel, iniciativa mais delicada uma vez que dependeria de negociação com todos os governadores.

A ideia é baseada no modelo americano, em que as bombas de combustível dos postos são diferenciadas por cor para distinguir se o uso é agrícola e comercial ou para veículos de passeio. Dessa forma, caminhoneiros que transportam cargas, como soja e milho, pagam menos tributos embutidos no preço final do combustível. Para isso existe um controle sobre os transportadores que abastecem com o combustível mais barato.

Iniciativa semelhante já é adotada com barcos de pesca no Brasil, que gozam de desconto sobre impostos incidentes no diesel, porém os pescadores pagam o preço "cheio" do combustível e são ressarcidos pelo governo por meio de orçamento federal.

O defensor da ideia é Frederico D'Ávila, que integra o time da transição do novo governo e é diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade do setor de

agronegócios. Deputado estadual eleito por São Paulo pelo PSL, sigla de Bolsonaro, D'Ávila foi um dos coordenadores da campanha do presidente eleito para a agropecuária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Internacional

Autor: Simeon Kerr e Anjli Raval | Financial Times, Dubai e Londres

Título: Qatar desafia sauditas e anuncia saída da Opep

O Qatar tomou a decisão inesperada de sair da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) depois de 57 anos como membro, declarando que é uma tentativa apolítica de voltar a se concentrar na expansão de suas exportações de gás natural.

Mas a saída alimentou suspeitas de que o governo do Qatar está tentando irritar a Arábia Saudita, sua rival regional, e agradar o presidente dos EUA, Donald Trump.

Saad al-Kaabi, ministro de Energia do Qatar, disse que a decisão permitirá "concentrar esforços" na produção de gás. Mas ela provocou abalos, fazendo do Qatar o primeiro país do Oriente Médio a deixar o grupo de exportadores e dividindo ainda mais o bloco mais poderoso da Opep, o dos países do Golfo.

Mais tarde, o xeque Hamad bin Jassim Al Thani, ex-primeiro-ministro do Qatar, entrou no debate, criticando a Opep e, por extensão, os governantes sauditas, que têm dominado o cartel há décadas. "Esta organização se tornou inútil e não nos acrescenta nada", disse no Tweeter. "Ela só está sendo usada para propósitos destinados a ferir nosso interesse nacional."

Sua intervenção reforçou a opinião de analistas de que a saída do Qatar é uma reação ao embargo diplomático e econômico imposto em 2017 pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes Unidos - bloqueio que empurrou o país para os braços da Turquia e do Irã.

O objetivo do embargo era punir o Qatar por sua política externa independente, que a Arábia Saudita e os Emirados consideram ter sido arquitetada pelo xeque Hamad, e pelas acusações de que o país apoiava o terrorismo - o que o Qatar nega veementemente. Os sauditas também se irritaram com os aparentes esforços do Qatar para promover movimentos políticos islamistas no Oriente Médio por meio de sua rede de TV Al Jazeera.

"O longo boicote político e econômico liderado pelos sauditas contra o Qatar deve ter desempenhado um papel na decisão", disse Ashley Kelty, analista no Cantor Fitzgerald Europe. "A saída do Qatar é indicativa de uma insatisfação crescente entre os países da Opep com a liderança saudita."

Deixar um cartel que historicamente recebe críticas regulares do Ocidente também é um hábil aceno aos EUA, onde Trump tem sido volúvel em pressionar a Opep para manter o preço do petróleo baixo.

"O preço do petróleo ficando mais baixo. Ótimo! É como um grande Corte de Impostos para os EUA e o Mundo. Aproveitem!", tuitou o presidente no mês passado.

Depois do apoio inicial de Trump ao embargo saudita, nos últimos meses os EUA aumentaram seus esforços para superar a divisão no Golfo, que dividiu aliados dos EUA na região enquanto Washington procura conter o Irã.

Diplomatas têm dito que as potências ocidentais tentariam usar mais influência sobre a Arábia Saudita na sequência do assassinato do jornalista Jamal Khashoggi para acabar com a disputa dos sauditas com o Qatar.

Poucos analistas veem a saída do Qatar como um grande problema para a Opep, que realizará uma reunião ministerial no fim desta semana, em Viena, para definir as políticas para o petróleo em 2019.

O Qatar, que só produz cerca de 600 mil barris de petróleo por dia, tem um peso marginal no cartel, onde membros - que vão dos países do Golfo Pérsico à socialista Venezuela - tentam superar ideologias políticas divergentes para chegar a um acordo sobre a produção de petróleo.

"Não tem nenhum significado para a operação ou a eficiência da Opep como organização", disse Paul Horsnell, que dirige a área de pesquisa de commodities do banco Standard Chartered.

O Conselho de Cooperação do Golfo, tido como o único bloco comercial funcional do mundo árabe, já tinha sido posto na UTI pelo embargo dos sauditas ao Qatar.

Por vários anos, Arábia Saudita, Kuait, Emirados e Qatar, todos membros do conselho, se reuniam para se acertar antes que todos os membros da Opep - incluindo o Irã, rival regional - discutissem qualquer mudança na produção. Desde o embargo, porém, o Qatar foi barrado dessas discussões.

Nos últimos dois anos, a Arábia Saudita se concentrou na sua relação com a Rússia e, cada vez mais, com os EUA, pondo em dúvida a importância da Opep.

"[A saída do Qatar] pode não parecer grande coisa", disse um analista da área de petróleo. "Mas é simbólica e foram os próprios sauditas que fizeram isso a si mesmos."

O Qatar gastou bilhões para proteger sua economia do impacto do embargo, ao mesmo tempo em que se prepara para sediar a Copa do Mundo de futebol em 2022, minando as tentativas de controlar o país rebelde.

A abertura de novas rotas de comércio para "superar o bloqueio" se fortaleceu com a expansão das exportações de GNL, de 77 milhões de toneladas para 110 milhões ao ano, integrando ainda mais o Qatar à economia global.

O Qatar tem trabalhado com outros países, incluindo a Rússia, para criar um fórum de exportadores de gás, com sede em Doha, apelidado de "Opep do gás". "Está claro que o Qatar acha que não haverá progresso concreto e preferiu se afastar mais da esfera de influência saudita", disse Jason Tuvey, da Capital Economics.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Mailson da Nóbrega

Título: Riscos da venda direta de etanol aos postos

Em reação aos efeitos da greve dos caminhoneiros, órgãos do governo sugeriram medidas regulatórias para aumentar a concorrência no mercado de combustíveis e, assim, reduzir os preços ao consumidor. Comento aqui os riscos de uma delas, a de permitir a venda direta do etanol aos postos de revenda de combustíveis.

Melhorar a concorrência beneficia os consumidores e estimula a busca de eficiência, acarretando ganhos de produtividade e o crescimento da economia e do emprego. Mas as respectivas medidas não podem ser adotadas sem a prudente consideração das características e práticas do respectivo mercado, sob pena de gerar efeitos contrários aos pretendidos.

À primeira vista, a venda direta de etanol poderia melhorar a forma como opera o seu mercado. Segundo um dos estudos oficiais, a proibição em vigor "produz ineficiências econômicas, na medida em que impede o livre comércio e dificulta a possibilidade de concorrência que poderia existir entre o produtor de etanol e o distribuidor de combustíveis".

Além de provocar a "dupla margem de lucro", prossegue o estudo, a norma "gera ineficiências alocativas, além de aumentar o preço do combustível ao consumidor final". Além disso, a medida pode "impedir fluxos logísticos mais racionais, encurtando distâncias entre produtores e consumidores, diminuindo, assim, custos de transporte, o que possui impacto direto no preço do produto". Outro estudo citou o caso de produção de etanol próxima de postos, o que leva o etanol a percorrer distâncias bem maiores para a entrega nos terminais de uma distribuidora de combustíveis.

Essas percepções podem mudar quando se consideram graves efeitos da venda direta, cujos custos superariam de longe seus alegados benefícios. Para começar, assinala-se que os mercados de commodities funcionam melhor e mais eficientemente com um sistema que centralize e coordene as atividades de compra e venda, gerando benefícios logísticos na sua distribuição. Essa é a razão por que a venda de inúmeros produtos não é feita habitualmente do produtor aos consumidores.

Dir-se-á que o etanol não pode ser equiparado a essas outras cadeias logísticas, mas um exame cuidadoso do seu mercado mostrará que a venda direta teria consequências negativas, a não ser em casos muito específicos e limitados.

O etanol é produzido em apenas seis Estados, mas é vendido em cerca de 42 mil postos espalhados pelo Brasil

De fato, a norma que obriga a venda do etanol a distribuidores tem sua lógica e contém inúmeras vantagens. Saliente-se, inicialmente, que os distribuidores comercializam os diferentes produtos demandados pelos postos: etanol, gasolina e diesel, cabendo-lhes ainda acrescentar aditivos para gerar diferentes tipos de combustíveis. Um caminhão tanque tem compartimentos que permitem a entrega de todos esses produtos a um único posto.

A produção de etanol é feita em 341 unidades concentradas em seis Estados (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Se o mercado consumidor se limitasse a esses Estados, a venda direta poderia ser discutida, mas não é o que acontece. O etanol é vendido em cerca de 42 mil postos espalhados pelo Brasil. Dificilmente as usinas e destilarias seriam capazes de suprir todos eles com uma logística mais eficiente do que a dos distribuidores. A proximidade produtor/posto, aqui citada, acontece em reduzidíssimos casos, insuficientes para justificar uma mudança dessa magnitude.

Cerca de 20% do etanol são entregues por meio de dutos, ferrovias e navegação de cabotagem, o que tende a aumentar com os esperados investimentos em infraestrutura de transporte. Os produtores não teriam como recorrer a esses

modais na mesma dimensão dos distribuidores. A venda direta pioraria a operação da logística e aumentaria o tráfego de caminhões nas já deficientes estradas do país.

A produção de etanol ocorre em apenas parte do ano. Os distribuidores se encarregam de armazená-lo, para permitir a entrega pelo país afora e garantir a normalidade do abastecimento durante todos os meses, inclusive em entressafras severas. Isso dificilmente poderia ser feito pelos produtores. Além disso, o modelo em vigor permite que as distribuidoras usem as melhores alternativas de fretes, enquanto o amplo relacionamento entre a distribuição e a revenda facilita a avaliação de riscos e a concessão de crédito aos agentes do varejo. Custa crer que os produtores pudessem exercer essas funções de forma mais eficiente.

O modelo atual tem outro papel essencial, qual seja o de assegurar a qualidade do produto vendido ao consumidor. O distribuidor tem incentivos para controlá-la, pois precisa zelar por sua imagem. Diz-se que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) poderia exercer esse encargo, pois a ela já cabe o monitoramento da qualidade dos combustíveis. Mesmo que isso fosse possível, a inspeção seria feita por amostragem, como é usual. O maior e mais efetivo controle da qualidade é feito pela distribuidora, que recebe o produto de várias procedências e o "harmoniza", permitindo sempre melhor rastreabilidade.

Há outros riscos da proposta de venda direta, que o espaço não permite comentar, inclusive de ordem tributária, agravando os já combalidos cofres públicos. Sua adoção poderia ainda, ao contrário do que se pensa, provocar aumento de custos de transação, piorar a operação da logística de distribuição do etanol e aumentar desnecessariamente o tráfego de caminhões nas estradas. A correspondente perda de eficiência implicaria elevação de custos para os consumidores, exatamente os que seriam supostamente os beneficiários da medida.

Tudo que funciona bem pode ser melhorado, mas buscar eficiência econômica sem sopesar seus efeitos negativos pode resultar em um jogo de soma negativa, ou seja, aquele em que todos perdem.

Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/12/2018****Seção: Especial****Autor: Rita Azevedo | De São Paulo****Título: Mercado se mobiliza para evitar indicação política em estatais**

Entidades de mercado, lideradas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), vão intensificar esforços contra a mudança na Lei de Responsabilidade das Estatais.

Na semana passada, a Câmara enviou ao Senado o texto do projeto de lei (PL) de fortalecimento das agências reguladoras que, entre outros pontos, libera novamente indicações de políticos e seus parentes nas próprias agências e em companhias estatais. Se o texto for aprovado, seguirá para a sanção presidencial.

Diante dessa possibilidade, o IBGC se movimenta em Brasília para "sensibilizar" senadores sobre as consequências da mudança na lei. "Procuramos agendar reuniões com os próprios parlamentares interessados no assunto ou, ao menos, com seus assessores", disse Richard Blanchet, membro do conselho de administração do IBGC.

A iniciativa deve ser apoiada por outras entidades como a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e o Instituto Ethos, que já se manifestaram contra a mudança na lei em outras ocasiões. "Temos feito contato com outras instituições para que outras entidades se mobilizem contra o projeto", disse Blanchet.

Em julho, o IBGC se manifestou contra a possível volta de indicações de políticos. A nota foi endossada pela Amec e pela Apimec. Outras instituições, como o Ethos, divulgaram notas separadas, em que pediam a "preservação da lei das estatais e de seus princípios de governança". As manifestações voltaram após o envio do PL ao Senado.

O IBGC acredita que a liberação de políticos em estatais é um "duro golpe" contra a independência e os interesses públicos que devem pautar a atuação dessas companhias. "Vemos a aprovação do texto atual como um retrocesso na governança das estatais", afirmou Blanchet. "A partir do momento que você volta a permitir isso, aumenta a possibilidade de as estatais serem capturadas por interesses político-partidários."

Inicialmente, o PL 6621/16, conhecido como "projeto das agências", tratava de estabelecer regras de gestão de agências reguladoras, responsáveis por regular e fiscalizar atividades econômicas como mineração e energia elétrica. O texto, aprovado pelo Senado em 2016, seguia a mesma linha da Lei de Responsabilidade das Estatais: proibia que quem exerceu cargos em campanhas política ou de direção partidária nos últimos 36 meses assumisse cargo comissionado. Parentes de políticos com mandatos eletivos também não poderiam ser nomeados.

Na comissão especial que analisou o PL na Câmara foram aprovadas algumas mudanças ao texto original que liberam as indicações políticas nas agências e revogam o próprio dispositivo da Lei das Estatais que trata da proibição. Agora, os senadores devem decidir se a versão do texto com ou sem a liberação da contratação de políticos irá valer. A expectativa é que o Senado aprove o texto que saiu da Câmara e o projeto de lei siga para a sanção de Temer.

O relator do projeto na Câmara, deputado Danilo Forte (PSDB-CE), disse que não faz sentido tratar dirigentes partidários de forma diferente dos demais cidadãos. Para ele, a aprovação do projeto de lei que cria regras para as agências reguladoras - incluindo as mudanças na Lei das Estatais - é importante frente ao cenário de grave recessão, uma vez que contribui para o aumento da segurança jurídica, importante na análise de investimentos.

"Tirar o mérito de quem tem mérito só porque ele é político é criminalizar os políticos. Eu não posso discriminar pessoas pela função social que elas ocupam", disse Forte, citando o caso de Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central. "Ele tem mérito, mas, se quiser ir para a Petrobras, não poderá por causa da Lei das Estatais."

Em nota, Forte afirmou que a decisão da Câmara de enviar logo ao Senado o PL das Agências também foi baseada na situação econômica do país e na demanda social por maior eficiência dos gastos públicos, "uma vez que a uniformização da legislação referente às agências reguladoras já se encontra atrasada desde 2005". "Não seria concebível perder a oportunidade de aprovação de meses e meses de trabalho e negociações."

Mauro Rodrigues da Cunha, presidente da Amec, contestou a ideia de que o texto atual da PL das Agências possa ajudar na melhoria da economia. "A politização de agências reguladoras e de estatais causa desemprego, uma vez que espanta investimentos no país", disse Cunha ao **Valor**. "Isso é totalmente inconsistente com o que foi visto no Brasil no passado."

Para Cunha, a discussão atual não é sobre o mérito dos políticos e de seus parentes, mas sim para garantir a blindagem das estatais contra possíveis

interferências político-partidárias. "Se não tivermos determinadas blindagens das empresas, muitas indicações políticas serão maquiadas pelo mérito." A inclusão do "jabuti" no PL das Agências, diz Cunha, é a "velha política mostrando sua cara, mostrando que ainda está viva e que quer continuar na troca de favores".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Especial

Autor: Vandson Lima e Rita Azevedo | De Brasília e São Paulo

Título: Eunício afirma que vai barrar 'desvirtuamentos'

No Senado, lideranças têm se movimentado contra a volta das indicações políticas em agências reguladoras e estatais. Autor da proposta original, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) afirmou que não aceitará "desvirtuamento" da matéria, que visava disciplinar o funcionamento dos órgãos.

"Se tiver qualquer tipo de desvirtuamento, será corrigido aqui ou o projeto não será votado", garantiu. Como a proposta é original do Senado, cabe à Casa decidir se aceita ou rechaça as mudanças feitas pela Câmara.

O problema é que a mudança interessa a boa parte dos atuais senadores. Com uma renovação de 85% das 54 cadeiras que estavam em disputa no Senado neste ano, a pressão dos futuros "desempregados" pela liberação de indicações políticas nas estatais tem sido forte, principalmente sobre dois dos possíveis candidatos a presidente do Senado em 2019: Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Simone Tebet (MDB-MS). Tasso foi o relator da Lei das Estatais, e Tebet, do projeto das agências reguladoras em sua primeira tramitação no Senado.

Outros nomes têm se manifestado contra o afrouxamento das regras nas indicações. Alvaro Dias (Pode-PR) disse que o resultado do aparelhamento político aparece no dia a dia com a Operação Lava-Jato. "A mudança na lei seria um grande retrocesso. Agências e estatais devem ter perfil técnico", afirmou. Ana Amélia Lemos (PP-RS) também sinalizou que vai votar contra o texto atual. "Permitir, novamente, indicações políticas nas estatais é um retrocesso".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/12/2018****Seção: Especial****Autor: Arícia Martins | De São Paulo****Título: Acadêmicos veem retrocesso perigoso na mudança**

A liberação pela Câmara dos Deputados da indicação de dirigentes partidários para a diretoria de agências reguladoras e empresas estatais seria um retrocesso institucional, afirmam especialistas em políticas públicas. O ideal é que o atual governo exerça seu poder de veto sobre a medida, caso passe no Congresso, avaliam, mas isto parece improvável.

Com o apoio de toda a base do governo Temer, a Câmara aprovou na semana passada emenda ao Projeto de Lei (PL) 6621/16, que fortalece as agências reguladoras, e liberou novamente as indicações de políticos e seus parentes nas próprias agências e, também, nas empresas estatais. Elas estão proibidas de contratar dirigentes partidários desde 2016, em acordo com a lei das Estatais.

O texto foi encaminhado ao Senado, que vai decidir se a versão com ou sem a liberação da contratação de dirigentes partidários valerá. Como, porém, boa parte da Casa foi renovada, muitos parlamentares estão sem emprego no próximo ano e, por isso, tendem a ser favoráveis à primeira opção.

As indicações de políticos e seus parentes em agências e estatais seriam uma "herança maldita" do governo atual para a gestão do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), na avaliação de George Avelino, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV) e coordenador do Centro de Política e Economia do Setor Público (Cepesp) da FGV.

Segundo Avelino, na maioria dos países não existe a grande quantidade dos chamados "cargos de confiança", definidos por indicação, em órgãos públicos, como no Brasil. A Lei das Estatais foi um avanço para combater a nomeação de dirigentes políticos e parentes para esses postos, diz o professor. Por isso, a decisão da Câmara representaria um retrocesso institucional.

"Estamos retrocedendo em algo que já tínhamos avançado, que é separar a esfera pública da privada", afirma o coordenador. Em sua visão, caso a proibição da indicação política para cargos em agências reguladoras e estatais seja de fato derrubada, é difícil que o governo Bolsonaro consiga voltar atrás. "Ele tem muitas agendas urgentes e, mesmo que revoguem essa decisão, vai ser difícil demitir quem já está lá."

Para o professor, o tema das indicações políticas voltou a ser discutido agora pelo Legislativo porque houve uma grande renovação na política, com mudança em relação ao grupo atual que está no poder. Sem grande presença na próxima administração como nos últimos anos, partidos como o próprio MDB, de Michel Temer, estão tentando se resguardar, e garantir que possam ser nomeados para ocupar cargos na administração pública, disse. "Certamente isso não vai melhorar em nada a governança. É uma herança maldita."

Caso o Senado mantenha a mudança feita pela Câmara, liberando políticos e parentes para assumir esses cargos, haverá um retrocesso, concorda Adriano Biava, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). "Abrandar essa restrição é um retrocesso. Caberia ao atual governo, se receber essa decisão do Congresso, exercer o veto, para que a próxima legislatura discuta essa medida", disse.

De acordo com Biava, agências precisam ser independentes do Legislativo e da área política, ainda que submetidas ao plano de governo. "A agência regula preços e, por isso, precisa ter independência técnica. Não é aconselhável que um político ocupe diretamente cargos em agências."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Especial

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Mudar órgão regulador é 'desprofissionalizar', diz especialista

Reduzir as competências de agências reguladoras e conselhos nacionais de políticas públicas representa um movimento no sentido contrário, de politização e desprofissionalização do Estado, no que seria uma visão "simplista e rudimentar" da administração pública. A avaliação é de Gustavo Fernandes, professor de gestão pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP).

Segundo reportagem veiculada na edição de domingo do jornal "Folha de S.Paulo", militares integrantes do time que assessora Bolsonaro estariam estudando formas de diminuir as competências dos órgãos reguladores. Além de avaliarem formas de destituir conselheiros que ainda exercem seus mandatos, a ideia é que todas as funções das agências - como outorgas, licenças e regulamentações de serviços - voltem a seus respectivos ministérios.

Em outra frente, de acordo com reportagem de ontem do jornal "O Globo", membros da equipe de transição pretendem limitar a atuação dos conselhos

nacionais de políticas públicas. Neste caso, o objetivo é retirar possíveis entraves à implementação de propostas feitas durante a campanha do capitão reformado, como a flexibilização de normas ambientais e o projeto Escola Sem Partido. Tanto nas agências quanto nos conselhos, a percepção é de que há "resquícios" da administração do PT, que precisam ser eliminados.

Com pós-doutorado pela Universidade Harvard em desenvolvimento e políticas públicas, Fernandes alerta que as ideias do novo governo vão em direção totalmente contrária aos modelos de regulação de países desenvolvidos como Estados Unidos e membros da União Europeia, "repletos" de conselhos de controle. "Eles têm uma legislação avançada, com formas de evitar desvios de corrupção e favorecimento", diz.

Segundo o professor, que foi diretor da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a estratégia do novo governo é, ainda, um paradoxo, porque vai contra o proposto pela própria equipe econômica de Bolsonaro para o Banco Central, por exemplo. Desde a campanha, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a independência formal do Banco Central.

"Tornar o BC independente é transformá-lo numa agência com mandato e blindá-lo de ingerência política. Como parte do governo reconhece a importância de um órgão independente e outra não?", questiona Fernandes, lembrando ainda que agências reguladoras foram enfraquecidas durante o governo Lula, que Bolsonaro critica fortemente. "Estaríamos nos tornando mais parecidos com o passado."

Para o setor privado, o esvaziamento de agências e conselhos também seria negativo, porque reduziria as possibilidades de bons negócios, acrescenta. "A literatura sobre regulamentações é clara: quando se reduz a transparência de como são feitas as regras, é onde se abre espaço para que empresas sejam beneficiadas", afirma o professor.

Nos conselhos, os de saúde e educação seriam menos prejudicados, porque os municípios são responsáveis pelo ensino básico, e o Sistema Único de Saúde (SUS) tem comitês bipartites e tripartites, diz Fernandes. Já no caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que cuida de temas como flexibilização do licenciamento ambiental, o impacto de um enfraquecimento poderia ser mais grave, conclui.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Engie fecha venda de energia para Claro**

A Engie Brasil Energia (EBE, ex-Tractebel Energia) assinou contrato de fornecimento de energia de longo prazo com o grupo Claro, representado pelas marcas Claro, Embratel e Net. O contrato, o primeiro de longo prazo no mercado livre firmado por uma empresa de telecomunicações e o primeiro do tipo integralmente digital, viabilizará a construção da segunda etapa de um complexo eólico da geradora, controlada pelo grupo francês Engie, na Bahia, com investimento estimado de cerca de R\$ 1,7 bilhão.

"Este acerto com a Claro é um dos contratos que vão dar lastro para que nós tenhamos conforto de que vamos conseguir vender a energia [do complexo] no mercado livre e dar continuidade da nossa atividade cada vez mais próxima do cliente", afirmou o diretor-presidente da EBE, Eduardo Sattamini.

De acordo com a companhia, mais de 60 contratos com clientes no mercado livre viabilizam economicamente a construção da segunda etapa do complexo de Campo Largo. O empreendimento terá 360 megawatts (MW) de capacidade instalada e está previsto para iniciar a operação em 2021.

Segundo Sattamini, a ideia é aproveitar a logística e a estrutura que estavam sendo utilizadas na implantação da primeira etapa de Campo Largo, de 326,1 MW, que estará em operação plena até o fim deste ano. O complexo está localizado entre os municípios baianos de Umburanas e Sento Sé, a 420 km de Salvador.

O executivo explicou que a EBE está analisando alternativas de financiamento para o novo empreendimento, considerando, em um primeiro momento, o BNDES. "Normalmente temos optado por fazer [o projeto] com financiamento do BNDES. [...] Mas como a TLP [Taxa de Longo Prazo] tem proximidade com taxas de mercado, no momento adequado, vamos tomar a decisão", disse ele. Em paralelo, a empresa está negociando a contratação do fornecedor das turbinas eólicas e das obras civis.

Pelo lado da Claro, o contrato de longo prazo é importante para garantir previsibilidade à empresa com relação aos custos com energia elétrica, um dos principais insumo da companhia. "Estamos nos posicionando de forma a poder manter um cenário que seja mais gerenciável por nós mesmos", explicou o

diretor de Suporte Financeiro ao Negócio da Claro Brasil, João Pedro Neves. Segundo ele, a companhia possui um departamento específico para a área de energia.

O contrato com a EBE também faz parte do programa "A Energia da Claro", lançado oficialmente no ano passado e que prevê o uso de energia limpa, por meio de geração distribuída e a adoção de ações de proteção ao meio ambiente em todas as operações e instalações do grupo no Brasil. O programa representa uma redução de mais de 100 mil toneladas métricas de CO₂ ao ano, o equivalente à retirada de quase 420 mil carros de circulação.

Outro ponto importante, destacou Neves, foi a assinatura 100% digital do contrato, sem a utilização de uma única folha de papel. Todo o processo foi feito por meio da internet com o uso de cadastro biométrico de digitais e senha eletrônica.

A negociação entre as companhias se deu após a EBE ter feito a melhor proposta entre as participantes em concorrência aberta em setembro pela empresa de telecomunicações.

Segundo Sattamini, com a implantação da segunda fase do complexo de Campo Largo, a capacidade instalada de energia eólica da EBE ultrapassará a marca de 1 gigawatt (GW).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletropaulo ganha novos nome e identidade visual

Passados pouco mais de seis meses da conclusão da aquisição de seu controle, a Eletropaulo ganhou um novo nome: Enel Distribuição São Paulo. A mudança da marca sela a consolidação do grupo italiano como líder no setor de distribuição de energia no Brasil.

"Estamos animados para expandir e diversificar ainda mais nossas operações na principal capital do país", disse ontem Maurizio Bezzeccheri, presidente da Enel Americas, em entrevista coletiva concedida pela chefia da companhia italiana para comentar a estratégia.

As lojas da distribuidora, site, canais digitais, frota e uniformes serão alinhados à marca corporativa global da Enel. As contas de luz já davam indícios das

mudanças, ao trocar o azul escuro da americana AES pelo rosa característico da marca da Enel.

Entre 2019 e 2021, a Enel São Paulo vai investir R\$ 3,1 bilhões, com foco em melhoria da qualidade do serviço, instalação de equipamentos e sistemas de telecontrole para monitoramento e a gestão em tempo real das redes, aumentando a eficiência e a confiabilidade. Outra mudança será o novo aplicativo da distribuidora, que vai oferecer novas funções como renegociação de dívidas.

O montante a ser investido inclui a instalação de 1 milhão de medidores inteligentes na área de concessão da antiga Eletropaulo até 2021, 50% do total de todos os medidores inteligentes que a Enel pretende instalar na América do Sul no período, disse Bezzeccheri. O executivo defendeu as vantagens já conhecidas da tecnologia, mas não detalhou as regiões que serão alvo dos investimentos.

"Esperamos incluir São Paulo nas principais cidades brasileiras que lideram os medidores inteligentes", disse Bezzeccheri. Segundo ele, os investimentos em medidores inteligentes dependem de melhoria na regulamentação e também de ajustes no processo de certificação dos equipamentos pelo Inmetro.

A Enel prevê crescimento de 5,5% na base de clientes da concessionária de São Paulo até 2021, para 7,6 milhões de clientes. Segundo Max Xavier, presidente da distribuidora, o crescimento projetado é uma "extrapolação" da base histórica de expansão dos consumidores da região metropolitana de São Paulo. "O crescimento deve ser concentrado nas classes residencial e comercial", disse.

Para aumentar a confiabilidade da rede, a Enel São Paulo está investindo em novas subestações, assim como a melhoria das já existentes. No último mês, foram inauguradas sete novas subestações, com benefícios a 2 milhões de clientes, de acordo com Xavier. As obras mais significativas, por concentração de clientes, são as subestações de Vila Mariana, Alphaville e Batistine, "regiões densas com alta demanda de energia", disse. Em 2019, a companhia trabalha para entregar a modernização e a expansão de outras três subestações, que vão beneficiar 400 mil usuários. Entre os destaque estão as subestações de Paula Souza e Taboão da Serra.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Anjli Raval, Leslie Hook e Attracta Mooney | Financial Times, de Londres****Título: Sob pressão, Shell vai criar meta de pegada de carbono**

A Royal Dutch Shell vai estabelecer metas de emissões de carbono para 2019 e relacioná-las à remuneração dos executivos. A decisão veio após o executivo-chefe mudar de posição diante da intensa atuação de acionistas, que pressionam as empresas de combustíveis fósseis para assumirem maior responsabilidade por seu papel no aquecimento mundial.

Investidores como a Igreja Anglicana e a Robeco vinham pressionando a Shell para assumir compromissos firmes de redução de sua pegada de carbono. Consideravam que o anúncio feito em 2017, de uma "ambição" de longo prazo para reduzir as emissões de carbono pela metade até 2050, não era o suficiente.

"[Ao criar metas] vamos sistematicamente reduzir nossa pegada de carbono com o tempo", disse o executivo-chefe da Shell, Ben van Beurden, ao "Financial Times" no domingo. "Todos nós sabemos dos benefícios da energia, mas há efeitos associados que precisamos gerenciar."

A Shell também anunciou que vai condicionar os planos de incentivos financeiros de altos executivos às metas de transição energética, o que vai depender de aprovação dos acionistas em 2020. A Shell ainda negocia com investidores quanto à porcentagem das metas, mas a remuneração dos 1,2 mil principais funcionários poderia ser afetada.

"É uma enorme mudança de fase", disse Adam Matthews, diretor de ética e engajamento do Church of England Pensions Board, órgão previdenciário da Igreja Anglicana. "Isso apresenta um modelo de como [as empresas] podem agir", afirmou.

O anúncio chega em meio ao início em Katowice, na Polônia, das discussões anuais da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o clima. Os signatários do Acordo de Paris sobre o clima vão tentar chegar a um consenso sobre como implementar suas medidas a partir de 2020.

O mundo já aqueceu cerca de 1°C em comparação aos tempos pré-industriais, em grande medida em razão das emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis. O acordo de Paris pretende limitar esse aumento da temperatura a bem menos do que 2°C.

A Shell se comprometeu a rever a participação em grupos lobistas do setor que ameacem as metas do Acordo de Paris

O compromisso da Shell - o primeiro do tipo no setor de petróleo - é uma mudança significativa para Van Beurden. Ainda em julho, ele julgava que criar metas rigorosas era um exercício "supérfluo", que deixaria a petrolífera exposta a processos jurídicos se deixasse de cumpri-las.

Van Beurden disse que mantinha "diálogo" com investidores e que isso levou a uma "evolução" na posição da Shell, sendo que as metas de curto prazo vão criar uma maneira mais eficiente e flexível de administrar a companhia em meio a uma transição energética que é marcada por incertezas e vai levar várias décadas.

A Shell está à frente de outras grandes petrolíferas concorrentes, como a britânica BP e a americana ExxonMobil, em seus compromissos públicos para reduzir as emissões de carbono. A ambição de longo prazo que havia sido anunciada pela Shell em 2017 também incluía emissões de terceiros, como os carros que queimam gasolina e diesel produzidos pela Shell.

A empresa agora tem como meta reduzir sua pegada de carbono líquida, incluindo as emissões de seus clientes, em torno a 20% até 2035 e vai começar a definir metas específicas a cada ano a partir de 2020 para o período seguinte de três a cinco anos.

A Shell pretende aumentar a proporção de gás em sua produção de 50% para 75%, investir mais em energias de baixa emissão de carbono e reduzir o vazamento de metano em seus poços, gasodutos e bombas.

A adoção de metas é apoiada pela Ação Climática 100+, um grupo de investidores internacionais com mais de US\$ 32 trilhões de ativos sob gestão, que tem pressionado as grandes empresas poluidoras a reduzir as emissões e a melhorar a governança corporativa e a transparência em questões climáticas. Entre os integrantes estão o Sistema de Aposentadoria dos Funcionários Públicos da Califórnia (CalPERS), a Legal & General Investment Management e a UBS Asset Management.

São cada vez maiores as preocupações quanto aos riscos de se deter investimentos em empresas de combustíveis fósseis, não apenas por seu papel no aquecimento mundial, mas também porque os projetos de gás e petróleo poderiam se tornar economicamente desfavoráveis caso o mundo gire em direção a alternativas mais limpas.

A Shell também se comprometeu a reavaliar sua participação em grupos lobistas de petrolíferas, cujas posições em questões ligadas ao clima possam

enfraquecer as metas do Acordo de Paris - uma das preocupações dos investidores.

A empresa, assim como outras rivais da área de fontes de energia, está às voltas para descobrir como os investimentos em ativos de baixas emissões podem gerar receitas e dividendos similares aos de seus projetos tradicionais. Apesar de a Shell ser uma grande investidora em novas alternativas em comparação às concorrentes, ainda aloca a projetos de energia "limpa" apenas 8% de seus US\$ 25 bilhões em investimentos anuais em bens de capital.

MME / ASCOM .